



## **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS E INCLUSÃO SOCIO EDUCACIONAL PROGRAMA MULHERES MIL NO IFSC-CAMPUS JOINVILLE<sup>1</sup>**

**HANEN SARKIS KANAAN**

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville, Brasil / Mestrado em Educação / hanensc@gmail.com

**ELISABETE TAMANINI**

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville, Brasil / Mestrado em Educação / hanensc@gmail.com

### **RESUMO:**

Este trabalho resgata e apresenta algumas reflexões sobre a implementação do Programa Mulheres Mil na cidade de Joinville-SC durante os anos de 2012 e 2013. Trata-se de uma política de qualificação sócio profissional com recorte de gênero implantada pelo governo federal em 2007. Esta tem como objetivo a promoção da elevação da auto-estima e do empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade mediante ações educativas. O trabalho engloba um breve quadro das desigualdades de gênero, a contextualização do local, seus atores, expectativas, desafios e conquistas, e elege como estudo de caso a implementação no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Joinville. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa documental fundamentada nos documentos referencias do programa, fichas de matrícula, arquivos visuais e anotações de aula de educandas e professores. Buscou-se deste modo, traçar um panorama global da proposta metodológica, suas ações e desdobramentos. Como referencial teórico, a pesquisa apoia-se em autores como Nogueira e Castro nos aspectos relacionados a história do trabalho e o trabalho da mulher na atualidade; Bourdie, que introduz questões de gênero, e ainda em trabalhos abordando a educação popular e profissional de Paulo Freire e Moacir Gadotti. A implementação do programa repercutiu em mudanças culturais e quebras de paradigmas tanto para os educadores do programa quanto para as educandas. A maioria das educandas concluintes do programa decidiu dar continuidade ao seu processo de escolarização. As educandas já envolvidas em trabalho cooperativo fortaleceram o seu empreendimento.

**Palavras-Chave:** Programa Mulheres Mil, inclusão, cidadania, educação, trabalho.

### **INTRODUÇÃO**

A igualdade entre os sexos e a valorização da mulher faz parte das 8 Metas do Milênio promulgadas pela ONU no ano de 2000 e assinadas por 191 países, entre eles o Brasil. Ser signatário deste acordo representa um comprometimento com ações voltadas para a erradicação da pobreza e o combate as desigualdades sociais. O Programa



Mulheres Mil lançado no ano de 2007 surge neste contexto como uma das políticas públicas do governo brasileiro objetivando atingir esta meta e ainda outras como a promoção da equidade social, o combate a violência contra a mulher e o acesso a educação.

O Programa Mulheres Mil (2007-2011) foi financiado conjuntamente pelo Governo do Canadá e pelo Governo brasileiro. No lado canadense, a parceria envolveu a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA, em inglês) e a Associação dos *Colleges* Canadenses (ACCC). No lado brasileiro, a parceria envolveu a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O objetivo principal na primeira etapa do programa foi promover a emancipação social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade. O público alvo nesta etapa foram as mulheres das regiões mais pobres do Norte e Nordeste do Brasil, tendo como objetivo a emancipação e o empoderamento.

O programa baseou-se em um projeto-piloto de extensão que foi realizado em parceria com o Niagara College do Canadá e o Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFET) do Estado do Ceará. A experiência do projeto-piloto ajudou a abrir as portas de 13 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para muitas mulheres que estavam afastadas da escola. Partindo de experiências de vida e competências, as mulheres construíram as habilidades necessárias para a inserção em um emprego formal ou informal mediante cursos de qualificação profissional, direcionados às necessidades das educandas.

Em 21 de julho 2011 o Mulheres Mil se torna uma política de governo e passa a integrar as ações do Plano Brasil Sem Miséria. Atualmente, ele é implementado em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) do Brasil. Após sua institucionalização na Rede Federal em 2011 foram realizadas chamadas públicas que viabilizaram a implementação do Programa Mulheres Mil em 11 campus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), totalizando uma oferta de 2.000 vagas.

A primeira parte do trabalho fornece um pequeno quadro das desigualdades de gênero, legitimando assim, a necessidade de políticas públicas para as mulheres. A seguir, a implementação do programa é apresentada e debatida, contextualizando-se o local, seus atores, expectativas, desafios e conquistas. Finalmente, discute-se os resultados atingidos, considerando que há limites objetivos e subjetivos inerentes a este tipo de proposta.



## **DESIGUALDADES DE GÊNERO**

O estágio atual de nossa sociedade tem reservado tolerância cada vez menor para a aceitação de relações desiguais entre os sexos. Por outro lado, a dominação masculina, que opera mediante diversos mecanismos e instituições tais como a família, a escola, a igreja e o estado, encontra-se incorporada em nosso inconsciente (Bourdieu, 2000). A mulher assume reiteradas vezes uma invisibilidade perante a sociedade, dificultando ainda mais o seu acesso a direitos legítimos no âmbito social, econômico e cultural.

Segundo dados do censo de 2010 do IBGE, 51% da população brasileira é formada por mulheres. Além disto, o número de famílias chefiadas por mulheres subiu de 22,2% para 37,3% entre os anos de 2000 a 2010. Na região sul do país, esta porcentagem é de 36%. Na cidade de Joinville, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social há 6.119 beneficiários do programa Bolsa Família, muitas dessas famílias são chefiadas por mulheres. Como destaca CASTRO (1990), as famílias chefiadas por mulheres apresentam peculiaridades que, em geral, as colocam em situação de exclusão e vulnerabilidade social. Comumente tais famílias enfrentam dificuldades como a pobreza e a exclusão, e sentem com maior intensidade os preconceitos e desigualdades inerentes a emancipação feminina nas dimensões de gênero, classe, raça/etnia, idade/geração. O termo exclusão social teve sua origem na França durante as últimas décadas do século XX. Segundo Castel (1998),

a desafiliação (exclusão)... representa uma ruptura de pertencimento, de vínculos sociais... O desafiado (excluído) é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis.

A participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado notadamente nas últimas décadas. Porém ainda é significativo o contingente de mulheres em trabalhos precarizados, mal remunerados e sem proteção social (Nogueira, 2004). Tradicionalmente, existem ocupações consideradas predominantemente femininas tais como a atuação em magistério, no comércio, na enfermagem, no telemarketing, em alguns ramos específicos da indústria (têxtil e vestuário) e serviços pessoais como o de diarista, lavadeiras e em algumas áreas de estética. Por conta do quadro citado, tornam-se urgentes a implementação de políticas de geração de trabalho, renda e escolarização direcionadas para mulheres.



## **A EXPERIÊNCIA NO CAMPUS JOINVILLE**

Joinville é o município mais populoso e industrializado do estado de Santa Catarina. A população da cidade atinge o número de aproximadamente 500 mil habitantes segundo estimativas da Prefeitura. A cidade ocupa o primeiro lugar no PIB *per capita* no Estado de Santa Catarina e abriga importantes indústrias do segmento metal-mecânico.

Segundo dados do IBGE do censo de 2010, a cidade tem a maior população negra do Estado de Santa Catarina: 17,4%. Curiosamente este fato não é visível para a mídia que, em geral, destaca aspectos relacionados a cultura germânica. A prosperidade econômica tem estimulado a migração e também tem trazido algumas mazelas associadas ao crescimento. A cidade possui grandes áreas de periferia e bolsões de miséria. Considerando estes aspectos, a realização do curso na cidade de Joinville representa para as mulheres uma possibilidade de se qualificar profissionalmente de forma gratuita e se inserir no mercado de trabalho, formal ou informal.

Os cursos do IFSC Joinville dentro do Programa Mulheres Mil iniciaram no segundo semestre de 2012. Ao longo de 12 meses foram ofertadas 200 vagas divididas em duas etapas. Na primeira etapa foram 100 vagas (2 turmas) para o curso de Operador de Computador. Na segunda etapa foram ofertadas 50 vagas (1 turma) para o curso de Operador de Computador e 50 vagas (1 turma) para o curso de Manutenção do Lar e Reparos Domésticos. As primeiras mulheres atendidas pelo programa no campus compunham dois grupos principais: mulheres oriundas de uma cooperativa de trabalhadoras de materiais recicláveis e mulheres artesãs do município de Itapoá, que produziam suas peças a partir de reaproveitamento de escamas de peixes e conchas, e produziam alimentos congelados a base de frutos do mar. Na segunda etapa muitas artesãs retornaram ao curso e somaram-se mulheres assistidas por programas de assistência social da prefeitura da cidade. O mapeamento de demanda envolveu uma parceria do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Joinville com o IFSC.

A equipe docente contou com a participação de profissionais de várias áreas do IFSC. Estes trabalharam de forma voluntária, pois não havia recurso para o pagamento



de bolsas para os docentes. As educandas recebiam uma bolsa para viabilizar a participação no curso. As mulheres envolvidas no programa, na sua maioria, são trabalhadoras informais, donas de casa, mulheres vinculadas ao CRAS. Para realizar o curso, as educandas receberam um auxílio financeiro de aproximadamente R\$ 100,00 mensais para custear o transporte e a alimentação. Para muitas das educandas este valor representava uma renda significativa.

O ingresso deste público na instituição só foi possível devido ao Programa Mulheres Mil. De um modo geral, os cursos ofertados exigem um grau de escolaridade não atingido pelas mesmas. O início das aulas foi, portanto, cercado de expectativas de ambos os lados.

Conforme discutido anteriormente, os cursos oferecidos pelo programa tinham como objetivo estimular os processos de emancipação e o empoderamento. A escolha dos cursos levou em conta uma conciliação entre a viabilidade de infraestrutura no campus, a disponibilidade de laboratórios, a formação dos docentes e as possibilidades de inserção sócio profissional.

A proposta metodológica tinha perspectiva freiriana e incluiu em seu itinerário formativo temas ligados ao mundo do trabalho, meio ambiente, gênero, economia solidária, entre outros. O processo formativo buscava estimular a ampliação do grau de letramento e uma visão crítica do mundo, trabalhando a capacidade de intervenção e transformação da realidade.

Enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo saber-se vivendo no mundo, o sujeito se existente reflete sobre a sua vida, no domínio da sua existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo. (FREIRE, 1977)

Segundo FREIRE (1997), a educação está além da mera transferência de conhecimentos. Ela é conscientização e testemunho de vida. Educar, para ele, é como viver e exige a consciência de que a história que é construída diariamente é um tempo de possibilidades e não de determinismos. A ação educativa na perspectiva emancipadora tem um caráter revolucionário, visto que envolve o comprometido com um processo de tomada de consciência. As educandas devem ser estimuladas, portanto, a superar as ideias do senso comum, o que o educador Paulo Freire chama de passagem da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica. Deste modo, estas passam a se reconhecer como sujeitos históricos, condição indispensável para a construção de uma nova sociedade. Conforme destaca Paulo Freire:



## **ALFAEJA** **II Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**

“Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.” (FREIRE, 1975 apud GADOTTI, 2003, p. 255)

Com o processo formativo buscou-se estimular a participação e a troca de saberes. A metodologia adotada em sala incluía aulas dialogadas e expositivas integradas a atividades práticas e saídas de campo. O grupo envolvido entende a aprendizagem como um processo coletivo e buscava valorizar os diversos saberes das educandas. Foram utilizados vários recursos como a exibição de filmes e documentários, mapas da vida, participação em palestras, produções textuais, atividades coletivas e visitas externas.

Para ilustrar a metodologia adotada, citam-se a seguir algumas estratégias para abordar os temas:

A música “*Na internet*” de Gilberto Gil apresenta vários termos oriundos da informática e da Geografia e foi utilizada como ponto de partida para introduzir termos novos da informática, pesquisar em mapas e discutir a geografia social e os impactos da informática na sociedade atual.

A produção textual e a matemática foram introduzidas respectivamente, a partir da confecção de um currículo profissional que valorizasse os saberes pessoais e de um orçamento doméstico em uma planilha eletrônica. Além disto, foi iniciada uma troca de *emails* entre as participantes do grupo. Nesta atividade, cada educanda iniciava o contato virtual se apresentando para uma colega de seu curso.

Outra exibição de interesse foi o filme brasileiro “*Narradores de Javê*” (2003) da cineasta Eliane Caffé. Este filme aborda a mobilização de uma pequena comunidade diante da iminência de seu desaparecimento devido a construção de uma represa. A exibição suscitou debates na disciplina Conhecimento Histórico e Cultural. Na atividade realizada, as educandas foram estimuladas a resgatar e a socializar com o grupo a história do local onde vivem tendo como referência as suas próprias memórias.

As avaliações que aconteceram ao longo do curso tiveram um caráter diagnóstico, buscando analisar coletivamente os avanços e os desafios a serem superados. Neste processo tanto o educador quanto as educandas são avaliados.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. (...) Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (FREIRE, 1996)





## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROJETO:

A partir da análise dos documentos foi possível perceber a importância do programa, como ação educativa e como processo de visibilidade, de questões relacionadas a mulher e sua condição na sociedade, como acesso a escola, mundo do trabalho e exercício pleno da cidadania. A análise preliminar das fichas de matrícula aponta que a maioria delas tinham renda familiar de até 2 salários mínimos, eram casadas, tinham filhos e ensino fundamental incompleto e no decorrer das aulas elas apontavam que frequentar o curso mulheres mil, era uma oportunidade de retomar “os estudos” e de realizar alguns sonhos como aprender a escrever um texto ou mexer no computador ou ainda fazer pequenos reparos em casa sem depender o marido. O que para elas significava autonomia.

O nível de escolaridade das educandas era bastante heterogêneo, abrangendo desde analfabetas até pessoas com curso superior incompleto. Das 100 mulheres que iniciaram a primeira etapa do curso, 87 mulheres concluíram o curso com a frequência requerida. Na segunda etapa, o número de mulheres concluintes aumentou para 96, graças a um trabalho cuidadoso e intenso de acompanhamento.

Os objetivos específicos do programa incluíram a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho. Neste aspecto, algumas das recicladoras decidiram dar continuidade ao seu processo de escolarização e voltaram para as turmas subsequentes do programa. Outra parte do grupo das artesãs de Itapoá fortaleceu a cooperativa de trabalho com novas ideias para incrementar o negócio, o que representa benefícios para todo o grupo.

Algumas das conquistas do programa têm um caráter inerentemente subjetivo e são, portanto, mais difíceis de mensurar. Isto não significa que sejam menos importantes. Pode-se citar, por exemplo, o resgate da autoestima e a (re)construção de laços familiares. As falas de algumas alunas do curso são reveladoras neste aspecto:

*“Eu posso, devo, sou capaz. Durante as aulas esqueci a idade, me senti mais otimista quanto ao futur.”*

*“Aprendi muitas coisas, como mexer no computador, compartilhar muitas coisas e aprendi a rir.”*

*“Tive bastante amiga, conversei, passei o tempo mais gostoso, mais feliz, por isso sei que melhorou minha autoestima.”* (Educandas do Mulheres Mil, 2012)



Nem todas as experiências foram exitosas. Ao longo do curso algumas educandas acabaram evadindo. Os motivos observados foram diversos: falta de identidade com a proposta, colocação profissional durante o curso, a mudança de cidade, ou ainda outras contingências familiares.

O programa quebrou alguns paradigmas importantes. Para os institutos, o ingresso de um público mais adulto e com trajetórias de escolarização tão desiguais foi uma novidade. Aos docentes impôs-se um desafio: encontrar uma metodologia que mediasse os diferentes níveis de escolaridade, origens sociais e valores culturais, com os objetivos da proposta. Para as mulheres participantes do projeto, retomar o processo de escolarização em uma instituição federal de ensino representou um sentimento de inclusão e um exercício de cidadania.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem a CAPES pela bolsa de estudos e aos estudantes, professores e gestores do Programa Mulheres Mil do IFSC Campus Joinville que ajudaram de forma direta ou indireta na realização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BOURDIE, P. (2009). *A Dominação Masculina*. (6<sup>a</sup>. ed.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

CASTEL, Robert - *As Metamorfoses da Questão Social - Uma Crônica do Salário* - Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.

CASTRO, M. G. (1990). *Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (São Paulo e Salvador, 1980)*. Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Brasil. Recuperado em 04 de Fevereiro de 2014 no endereço eletrônico <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>

FREIRE, P. (1977). *Educação como prática da liberdade*. (7<sup>a</sup>. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (43<sup>a</sup>. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

GADOTTI, M. (1996). *Paulo Freire: Uma Bibliografia*. São Paulo: Cortez. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra*. Recuperado em 8 Fevereiro, 2015, do endereço eletrônico <http://www.censo2010.ibge.gov.br>





# ALFAEJA

## II Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

MÉSZÁROS, I. (2005). *A educação para além do capital*. (2ª. ed.). São Paulo: Boitempo.

NOGUEIRA, C. M. (2004). *A Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados.

Promotorias de Justiça de Joinville. (2015). *História Oficial de Joinville*. Recuperado em 21 Março, 2015, do endereço eletrônico <http://mpscjoinville.wordpress.com/historia-oficial-de-joinville>